

Uma Certa Herança Marxista*

José Arthur Giannotti

Se a derrocada do marxismo e da União Soviética desonera a leitura de Marx de uma tomada de posição diante das opções políticas que as contradições do modo de produção capitalista nos oferecem, ela continua a nos pôr diante da crítica dos efeitos do próprio capital. Se Marx tornou-se um clássico, ele não vem a ser um clássico como Aristóteles ou Kant. Não pode ser lido de um ponto de vista neutro, pois seu discurso e sua forma de pensar demandam a compreensão de que a questão da verdade é, antes de tudo, prática. Entretanto, como é possível retomar uma posição crítica em face do capitalismo, uma vez que prescreve a fusão entre ciência e crítica estabelecida por Marx?

Se a ciência se vê, antes de tudo, como construção de modelos formais, uma crítica da economia política deve produzir-se a partir de uma análise das significações necessárias para a construção de tais modelos. Não é razoável pensar a experiência contemporânea separada de toda preocupação científica. Se quisermos pensar, em particular, o capitalismo, que faz da ciência um dos motores de seu desenvolvimento, se é necessário romper, pois, com a identidade da ciência e da crítica tal como aparece em Marx, é necessário ainda buscar o ponto que mantém a relação entre elas.

Desse ponto de vista, é possível mostrar, por exemplo, que o conceito de preço, tal como é construído pela economia neoclássica, está ligado a uma idéia de venda-leilão de bens que afasta toda consideração daquilo que concerne à reprodução desses bens, isto é, afasta toda relação direta desses bens com as atividades da produção humana (cf. capítulo 3). Para compreender a abrangência do conceito científico de preço, é necessário retornar,

* Texto escrito originalmente em francês. Tradução de Daniel Tourinho Peres, revista pelo autor.

então, às condições de individuação dos objetos designados por esse conceito. Sabemos que, para uma dialética de origem hegeliana, as identidades em geral são constituídas. Mas a partir de quê?

Se adotamos um ponto de vista materialista (ainda não sabemos o que isso quer dizer), é impossível fazê-las nascer a partir das formas do discurso ou do pensamento. Entretanto, também é impossível retomar a questão da construção de identidades econômicas e sociais sem se mover em um universo discursivo. A propósito, eis aí a condição que nos permite falar em contradição no âmbito da própria realidade social. Dado que a contradição é um fato do discurso, como falar em contradições no nível da realidade social? Se o instrumento conceitual da contradição não mais estivesse disponível, que sentido se poderia dar a uma crítica dialética da modernidade?

A experiência nos fornece fatos e coisas, assim como objetos-signos. Fixada em um poste, uma flecha indica, por exemplo, a direção norte ou a sul, de tal modo que, diante dessa flecha, uma conduta se torna verdadeira ou falsa. Em outros termos, a seta estabelece, nessas condições, um espaço lógico, um jogo de linguagem não-verbal, como diria Wittgenstein, no qual é possível julgar um ato correto ou incorreto. Essa instauração da bipolaridade não se encontraria na constituição do valor-trabalho? Esse valor é medido por uma forma de trabalho social, mas essa medida depende do estabelecimento de um padrão que só pode se produzir ao cabo das relações de troca, quando passamos a saber, então, se um trabalho concreto e singular corresponde ou não à demanda solvível. Em outras palavras, a constituição do valor depende de um processo reflexionante de medida, pelo qual a massa dos trabalhos efetivos vem a ser socializada.

Entretanto, esse padrão é prefigurado em cada valor de troca, na medida em que ele se vincula a todos os outros valores de uso como uma espécie de espelho pelo qual eles se medem. Enquanto a moeda manifesta o valor, o objeto dinheiro torna-se um objeto-signo, cruzamento das trocas que se tornaram socialmente possíveis. Não é difícil reconstruir, a partir desses objetos-signos, a contradição entre valor de uso e valor, porém somente sob a condição de uma projeção, nessa coisa, dos trabalhos reais e das trocas socialmente possíveis. Em outros termos, sem fetichismo não há contradição possível (cf. capítulos 1 e 2).

Mas se a contradição é produzida por esse processo de mensuração dos produtos, pela socialização do trabalho e pela projeção dessas relações sociais nos objetos que vieram a ser signos, é necessário reconsiderar então

o potencial crítico da contradição entre o capital e o trabalho. Antes de ser conquistado pela concepção ricardiana do valor-trabalho, Marx pensou a revolução proletária como uma contradição capaz de resolver-se em outra identidade social. Ora, se o estabelecimento da contradição depende do fetichismo, por conseguinte dos objetos hieróglifos, como diz o próprio Marx, é preciso saber se essa espécie de logos prático está submetida às mesmas leis do desenvolvimento da lógica hegeliana. É sabido que, para Hegel, o antagonismo vem a ser uma contradição se, em primeiro lugar, cada termo da oposição torna-se autônomo, um positivo em si mesmo diante de um negativo em si mesmo. No jovem Marx, isso corresponde ao momento em que o proletário se torna sem qualidades, um nada social que não tem nada a perder com a Revolução. A contradição se resolveria, então, sem deixar resíduos. Essa transparência é impossível se a contradição está ancorada em um objeto. Em segundo lugar, a contradição marxista, tal como se reconstrói fora do idealismo hegeliano, está submetida a um processo de socialização do trabalho que deve terminar em uma totalização do capital, o capital social total, que tem como contrapartida o trabalhador total. Ao ocorrer um monopólio da invenção tecnológica, em que as grandes empresas monopolizam a transformação dos novos conhecimentos em objetos técnicos, tem-se como consequência a impossibilidade da constituição do capital social total e, igualmente, do trabalhador total. Rompem-se o mercado dos capitais e o mercado da força de trabalho.

A contradição entre o capital e o trabalho não desaparece, mas se trava, vem a ser incapaz de uma resolução no nível social e lógico em que se move. O projeto marxista de fundar uma política que seguiria os caminhos já estabelecidos pelos movimentos da sociedade civil burguesa perde seu sentido. Em todo caso, uma política contemporânea só tem sentido se tomar posição em relação à fissura que se encontra no nível da própria sociedade capitalista, quer para alimentá-la, quer para negá-la.